

RESUMO: A partir da análise do corpus selecionado, busca-se demonstrar que a Veja, a mais importante revista brasileira, com um milhão de exemplares vendidos por mês, apresenta um posicionamento marcado pelas condições de produção do seu discurso, o que leva à compreensão de que, como instituição histórica, a Veja (e a mídia) tem uma posição, mesmo sob uma aparência de imparcialidade, objetividade e informação. Assim, pode-se compreender que o pertencimento a uma determinada formação ideológica impera sobre uma instituição de tal forma que ela não é “trocada” espontaneamente, o que se, por um lado, revela a não imparcialidade da mídia, também aponta que não há oportunismo: o que há são discursos historicamente constituídos.

ABSTRACT: Starting from the analysis of the selected corpus, it is sought to demonstrate that VEJA, the most important Brazilian magazine with a million of exemplars sold every month, presents a positioning marked by the conditions of its speech production which leads to the understanding that as historical institution, VEJA (and the media) have a position, even upon an impartiality appearance, objectivity and information. Thus, it is possible to understand that the belonging to a determined ideological formation prevails over an institution in a such way that it is not "changed" spontaneously, what if, on the one hand, it reveals the no media impartiality, also points that there is no opportunism: there are speeches that are historically constituted.

1. Ideologia: uma explicação (no limite do razoável)

Uma reflexão sobre ideologia, nem que se pretendesse, poderia propor uma explicação exaustiva que abrangesse a significação plena de sua natureza na organização do discurso. O senso-comum diria da ideologia: tratar-se de algo que *está sempre ali, como uma voz que fala antes, como um condicionamento que não se sabe a ele ser condicionado ou como uma história, que não se sabe tê-la incorporado*, mas que significa e torna possível a existência do mundo *particular* das idéias dos indivíduos. De acordo com Orlandi (2001, p. 32), ela se refere à compreensão do “fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer”, condição esta necessária para a compreensão das relações que regem o funcionamento dos discursos entre o sujeito que enuncia e a ideologia.

Posicionar-se diante das controvérsias que há em torno da incorporação do conceito para a prática de análise de textos é tarefa nada confortável. Em pesquisa no **Dicionário de Análise de Discurso** de Charaudeau e Maingueneau (2004), tinha-se uma perspectiva de encontrar registros que dessem definições; afinal, trata-se de um dicionário. Porém, pondo à parte as breves considerações em torno do termo e da sua perspectiva de compreensão para os propósitos deste momento, a explicação encontrada no dicionário tornou a tarefa mais incômoda ainda, pois “Desde os anos 80, o termo ‘ideologia’ perdeu terreno para outras expressões. Para alguns, ‘mais do que um fim das ideologias seria necessário falar de um fim da palavra ‘ideologia’ que, esgotada pela vã espera de seu conceito, tornou-se [talvez] um obstáculo na pesquisa científica” (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2004, p.267).

Esta colocação não deve ser compreendida como se fosse possível desacreditar no conceito central que permeia a teoria; definitivamente, não é isso, pois, segundo a teoria, a relação de proximidade entre as instâncias da história como experiências sofridas pelos indivíduos e que ecoam em suas práticas sociais marcadas pelos espaços de sua atuação em determinado momento sócio-político-histórico não se apaga. Pelo contrário, somam-se, confundem-se e proliferam-se nas paráfrases dos novos velhos discursos, conduzidos pelo trabalho silencioso do inconsciente e da memória, que leva aos esquecimentos necessários dos saberes, para, assim, haver a condição necessária para se delegar o próprio papel de sujeito ao sujeito.

¹ Este texto é um recorte da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, cujo título é: “Análise dos editoriais de **Veja** no período pré-pós eleição presidencial: uma reflexão sobre o discurso que estrutura o cenário político-social”.

² Endereço eletrônico: ltschroder@brturbo.com.br

Desta forma, ratifica-se a importância do conceito de ideologia para a Análise de Discurso francesa, porque ela é entendida como a possibilidade para as práticas de construção de representações de mundo necessárias e existentes entre os homens e para que estes se situem como indivíduos pertencentes a determinados lugares sociais. O conceito, inclusive, é relevante para a consideração da tese de a *palavra* ser um signo ideológico. Portanto, a certeza de haver uma relação viva entre a linguagem e a ideologia, entre o sujeito e a linguagem, desde as trocas mais banais do cotidiano, até às práticas mais complexas da vida social, em que espaços se marcam pelo poder que, mais ou menos e silenciosamente, emana dos discursos que são enunciados por determinadas vozes pertencentes a determinados lugares sociais, que se impõe às sociedades:

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter público, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo aquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados.[...] A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (BAKTHIN, 1999, p.14).

A introdução, iniciada em tom de ressalva, intenciona, apenas, demonstrar que não se está ignorando as contribuições teóricas (ou as críticas) que a teoria da Análise de Discurso sofreu, desde a sua fundação por Michel Pêcheux, nos anos 60, até os tempos mais atuais, até porque, se a teoria, nos seus primórdios, valeu-se dos discursos marcados predominantemente pela conjuntura histórica de sua fundação, sabe-se que ela tem sido aplicada, também, a textos e discursos ordinários, entre eles o midiático, corpus selecionado para esta pesquisa.

Como afirmam os autores, porém (e também), “não significa que o termo ‘ideologia’ tenha desaparecido totalmente dos trabalhos de Análise de Discurso, mas que é menos freqüente do que nos anos 70 e raramente é objeto de teorizações explícitas” (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 268). Feitas estas considerações iniciais, procurar-se-á, da forma que se julga mais adequada para o trabalho com os editoriais que serão analisados na seqüência, apresentar algumas considerações sobre o conceito de ideologia. Ele envolve uma leitura fundamentada no conhecimento de alguns autores selecionados e que propiciam a apresentação, ainda que de modo sucinto, a respeito da noção de ideologia, que não poderia ser apagada deste momento do estudo, devido à sua relação com o interdiscurso em seu viés psicanalítico: sem ele e sem inconsciente, não existiria nem sujeito, nem língua, nem sentidos. Afinal,

A materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua [...] Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 2001, p. 17).

2. A Ideologia como prática discursiva

O princípio não é o princípio. Para daqui estar-se partindo, é porque o caminho, de tão longo, não permite rodeios, quando se tem um propósito em vista. De forma simples, mas não simplista, parte-se do princípio de se entender a ideologia, não como uma forma de ocultação da realidade, mas como um princípio de ação gerado como práticas discursivas da sociedade.

A Análise de Discurso francesa, sobretudo no período marcado entre os anos 60-70, tem por princípio relevar, em primeira instância, as condições de produção dos discursos, isto é, os fatores sócio-históricos e ideológicos, os quais, se não se encontram explicitamente marcados no texto (da mesma forma que a materialidade da língua permite um estudo a partir de suas marcas), são, também, os fenômenos constitutivos do discurso, como diz Orlandi (2001), uma presença ausente, mas necessária para que o discurso faça sentido.

Assim é que, no campo das idéias, a materialização discursiva se manifesta pelos aspectos da moral, da cultura, da política e da economia, dos dogmas religiosos, dos ditames de modos e comportamentos, dos conceitos e pré-conceitos pertencentes a uma sociedade, que, ao passarem pelo crivo da naturalização da história, constituem-se como aquilo que, de alguma forma, influencia o modo de pensar e agir dos

indivíduos, ao mesmo tempo em que os faz naturalizar estas normas para se constituírem em sujeitos. Assim, eles naturalizam o próprio ser, determinando, numa perspectiva nem sempre consciente, aquilo que os leva a crer que sejam verdades para toda a sociedade, ou ainda, aquilo que os leva à criação de práticas sócio-discursivas que devem ser assumidas por todos. Desta forma, tem-se que o conjunto de crenças que se defende se organiza sob a forma de um encadeamento lógico, que parte de uma tese que é aceita por um grupo social. Sem alarde ou comemorações, isso significa, para os indivíduos, de acordo com Orlandi (2001, p. 34), que,

ao falarmos nos filiamos a redes de sentidos mas não aprendemos como fazê-lo, ficando ao sabor da ideologia e do inconsciente. Por que somos afetados por certos sentidos e não outros? Fica por conta da história e do acaso [...] por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, através da ideologia.

Sustentando determinadas manifestações sociais e, conseqüentemente, também as discursivas, tem-se as instituições, denominadas por Althusser (1985) de Aparelhos Ideológicos do Estado, os quais revelam, sem o desejar, que “há diferentes ideologias, diferentes posições ideológicas. Estas diferentes ideologias ou posições ideológicas são antagônicas (não em contradição). Assim, *uma* ideologia tem um ‘exterior’, mas este exterior é de outras ideologias” (HENRY, 1993, p. 33). Por exemplo: se determinada mídia enuncia certos pontos de vista e passa a organizar seus discursos numa perspectiva x, ainda que lhe pareça uma opção, esta opção tem suas bases ideológicas fundamentadas em outro tempo e espaço, que, pelos processos de esquecimento, fazem-se parecer como originais. Nesta circularidade, percebe-se que a ideologia está não num exterior, mas sempre no interior de *uma* ou *outra ideologia*.

Os fundamentos althusserianos são significativos para a compreensão da noção de ideologia e para a Análise de Discurso, como também para a implicação daquela no funcionamento dos discursos, pois é a partir das elucidações de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado que surge o conceito de formação ideológica, que afirma que a forma com que o discurso é proferido revela o lugar social ocupado por aquele que o enuncia, ou, que as palavras mudam seu sentido de acordo com aquele que as pronuncia (PÊCHEUX, 1995). Para Pêcheux (1993, p. 166) “cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente às *posições* em conflito”.

O lugar social, que pode ser o da política, da religião, da educação, possui um caráter regional que sustenta as posições das classes antagonistas e que pode ser um espaço de determinações sociais, que se instauram na sociedade pelo poder que advém de suas bases: eis uma questão para ser entendida à luz da ideologia presente nos discursos que movimentam e fazem circular uma sociedade em relação às lutas de classes que se encadeiam pela busca de validação de idéias, conceitos e princípios de verdades pelas quais ela deve se conduzir.

Como sociedade, está-se entendendo o agrupamento de pessoas que se organizam econômica, social e culturalmente, constituindo um todo maior que acaba por redundar na criação de um estado politicamente soberano. Esta forma de conceber a sociedade se aplica às sociedades, que, como a brasileira, existe e sobrevive, inclusive, da necessidade de manutenção das diferenças entre as classes.

É desta forma que as palavras adquirem o seu valor. Como diz Bakhtin (1999), elas são o fenômeno ideológico por excelência. Para Pêcheux (1995, p. 166), existe uma “condição ideológica” na sociedade que envolve suas transformações a partir do que ele denominou de interpelação do sujeito pela ideologia. Isto ocorre “De tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar* o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção”.

Quando as análises serão feitas, esta será uma questão a ser verificada: ou seja, o posicionamento ideológico da **Veja**, pois se a mídia é permeada por uma ideologia que lhe permite anunciar o que enuncia e isto não se dá pelo vácuo de uma proliferação de idéias que lhe surgiu sem precedentes históricos, então, a análise do material exige a necessidade de compreensão de como os sentidos que ali se corporificam movimentam as opiniões, incorporando-se às ideologias da sociedade e as modificando, porque elas também se modificam, mesmo que por meio de uma prática parafrástica de (re)elaborações.

Ressalta-se, para fins de compreensão das análises realizadas na seção 3, o conceito de *cenografia* a partir de Maingueneau (2001, p. 87). Para o autor,

Todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena da enunciação que o legitima. (...) a cenografia não é simplesmente um quadro, um cenário,

como se o discurso aparecesse inesperadamente no interior de um espaço já construído e independente dele: é a enunciação que, ao se desenvolver, esforça-se para constituir progressivamente o seu próprio dispositivo de fala. (...) Desse modo, a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*.

A interpelação ideológica, definida pela Análise de Discurso como a necessidade do sujeito ser interpelado pela ideologia para produzir o dizer e essa interpelação ser tanto um trabalho da ideologia quanto do inconsciente (ORLANDI, 2001), resulta de um processo que, para fins de exemplificação, pode utilizar a afirmação que se encontra no prefácio da obra de Marx e Engels (1998, p. XXII), **A ideologia Alemã**, em relação ao trabalho da ideologia:

Ou seja, o da ideologia *enquanto consciência falsa, equivocada, da realidade*. Porém consciência necessária aos homens em sua convivência e em sua atividade social. Consciência falsa que não resulta de manipulação calculista, de propagandismo deliberado, mas da necessidade de pensar a realidade sob o enfoque de determinada realidade social, no quadro das condições de sua posição e função, das suas relações com as demais classes etc.

Pode-se dizer que não há movimento na história dos homens sem que as lutas de classe tenham de alguma forma intervindo. Como se demonstrou, a questão econômica, então, aparece com significativa relevância, pois ela é base de discussão para a perspectiva materialista histórica adotada pela Análise de Discurso. Essa condição pode ser mais bem compreendida, a partir de Pêcheux e Fuchs (1993, p. 165):

A região do materialismo histórico que interessa a uma teoria do discurso é a da superestrutura ideológica ligada ao modo de produção dominante na formação social considerada. [...] o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como 'determinado em última instância' pela instância econômica.

Estas considerações revelam que, no processo de discursivização, a ideologia passa a ser uma prática ligada à memória no seu processo de esquecimento para que o sentido faça sentido e o sujeito encontre a sua identidade nos entremeios das práticas históricas que o levaram a crer já ser sempre sujeito:

Tudo isso nos leva a concluir que a ideologia não é "x" mas o mecanismo de produzir "x". Pela ideologia há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação (e não ocultação) em que são construídas transparências para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto, como evidências empíricas. Dessa forma, podemos afirmar que a ideologia não é ocultação mas interpretação de sentido em certa direção, direção esta determinada pela história (ORLANDI, 2002, p. 101)

Como se vê, tenta-se acolher o termo ideologia, direcionando-o àquilo que a Análise de Discurso prevê e, dentre as leituras paralelas ao enfoque dado pela teoria, cita-se, para fins de reflexão, uma passagem colhida de Eagleton (1997, p. 47), cuja particularidade está naquilo que pareceu muito próximo à atual realidade da política brasileira e sua inter-relação com a mídia:

[...] a ideologia dominante reorganizou seus discursos. [por exemplo], o porta-voz do governo anuncia que não são verdadeiras as acusações de corrupção disseminadas dentro do Conselho de Ministros; ninguém acredita nele; ele sabe que ninguém acredita nele, sabemos que ele sabe disso, e ele sabe que sabemos também.[...]. [...] se a ideologia é ilusão, então é uma ilusão que estrutura nossas práticas sociais; e dessa maneira a 'falsidade' está naquilo que fazemos, não necessariamente naquilo que dizemos.

Talvez, a melhor forma de situar o conceito de ideologia na maneira como ele é trazido para este trabalho seja afirmar, juntamente com Chartier (1982, p. 17), que os homens se organizam a partir de práticas culturais, que se referem

Às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, elas são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.

Tributárias de configurações humanas que recortam o complexo indistinto e abstrato da humanidade, as formas de compreensão, de apreensão e de percepção do mundo são ubiquamente heterogêneas. Nada de universal ou de ontológico se impõe sobre o sentido atribuído ao mundo pelos homens. Dependendo das relações que estabelecem entre si e para com a natureza, eles, historicamente, desenvolvem disposições e esquemas intelectuais dos quais se valem para afirmar que o sentido é um e não outro. São estas formas de apreensão incorporadas e apreendidas que norteiam a compreensão que têm do mundo, dos outros e do espaço que decifram. Mera paráfrase da citação feita anteriormente, estas afirmações apenas fazem reiterar a convicção que os agrupamentos sociais não lêem o mundo da mesma forma e que o horizonte cultural de que participam e que lhes parece natural (é assim, porque sempre foi assim) é o filtro que os faz interpretar os discursos e lhes darem a carga valorativa que lhe atribuem. Esta forma de compreensão atravessa ubiquamente a linguagem e a língua, e discurso algum é compreensível fora do domínio ideológico.

Tomando, portanto, a noção de ideologia nesse viés de conjunto e representações de um determinado grupo sócio-histórico, analisar-se-ão, a seguir, os editoriais selecionados com o objetivo de verificar se a formação discursiva da **Veja** se mantém (ou altera) e de perceber se ela busca estar ao lado do poder, sendo *oportunist*.

3. Análise dos editoriais: a ratificação de um posicionamento

Este momento do estudo se deterá na análise de dois editoriais referentes ao ano de 2003, pertencente ao mês de janeiro e julho do mesmo ano, os quais propiciam uma leitura analítica do discurso da revista **Veja** em sua relação com o novo governo, marcado pela figura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Antes, porém, de se proceder à interpretação, lembra-se que não há sujeito sem ideologia, portanto, o que se tem nos textos abaixo são a apresentação dos fatos a partir de uma visão política e ideologicamente marcada na materialidade da língua daquele que enuncia, ou seja, a **Veja** em sua relação com as condições de produção dos discursos.

Portanto, não se trata de um editorial qualquer a respeito de um tema qualquer. Trata-se, sim, de um editorial da quarta maior revista de informação do mundo, cujas intenções de publicação se conduziram, no decorrer da sua história, a favor das políticas governamentais vigentes, mas que se via, naquela conjuntura histórica adversa às suas posições partidárias até o momento, frente a uma nova ordem de enunciação: a da necessidade de se rearticular para se pronunciar sobre a eleição que marcou a entrada na presidência do Brasil de uma das figuras, caracterizada pela imprensa, inclusive pela **Veja**, como representante do discurso ideológico relacionado às lutas por políticas sociais mais justas, em oposição às que, na ótica do Partido dos Trabalhadores, organizavam-se em favor das necessidades das elites brasileiras. Se os discursos proferidos como oposição eram ou não verdadeiros e se o novo presidente iria conduzir-se por eles, é um outro assunto. O que interessa para o momento das análises é o fato da tomada do poder por um ex-metalúrgico, ex-sindicalista e fundador do maior partido de oposição do país: Luiz Inácio Lula da Silva.

A revista **Veja**, então, encontrava-se diante da seguinte tarefa: trabalhar no papel que supostamente lhe cabia: informar com veracidade e *imparcialidade* a nova ordem social que se apresentava e, considerando a tese do oportunismo³, produzir editoriais favoráveis ao novo governo. O editorial abaixo, portanto, será analisado no sentido de verificar como a **Veja** conduz seus discursos em relação ao novo governo.

1. (1) O discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o de seu ministro da Fazenda, Antônio Palocci, na semana passada, conseguiram surpreender um país que já se acostumara com o PT moderado destes novos tempos. A surpresa deveu-se à ênfase, não ao conteúdo, do que ambos disseram. (2) Lula fez concessões retóricas às forças mais à esquerda de seu partido. É natural que o fizesse. Afinal muitos petistas andavam se sentindo desamparados com o choque de realismo sofrido pela cúpula da agremiação com a perspectiva de exercer o poder em um país moderno e democrático. (3) O essencial dos discursos feitos por Lula e Palocci, no entanto, é a reafirmação inequívoca das promessas de campanha de manter as conquistas da estabilidade monetária e da austeridade nas contas públicas. (4) Recitadas em discursos de posse, as garantias de rigor contábil e da busca de maior equilíbrio social no país adquiriram uma solenidade inédita e ecoaram declarações muito parecidas feitas nos últimos anos por Fernando Henrique Cardoso e pelo ex-ministro

³ O termo *oportunismo* está sendo empregado neste texto para definir a situação em que sujeito/instituição faz uso de certas estratégias, como discursar em favor de uma situação ou silenciar, para se colocar em situação de vantagem sobre um terceiro, agindo, para esse fim, de forma aproveitadora ou pouco responsável em relação aos princípios da verdade.

Pedro Malan.(5) Com os ajustes de tom mais harmonizador com o discurso petista, ficou evidente para os brasileiros que o governo de Lula será, felizmente, a extensão do que FHC vinha fazendo nas finanças públicas e, em certa medida, no campo social. Não há nisso nenhum demérito para o PT. (6) Uma pitada de ironia, porém, é inevitável quando se lembra que a política econômica de Fernando Henrique Cardoso foi combatida pelo partido durante os dois governos de FHC. O ex-presidente recebeu o rótulo de neoliberal e foi acusado pela oposição de subserviência aos interesses do grande capital financeiro. (7) Com a faixa lhe cruzando o peito, Lula sentiu o peso do cargo ao rechaçar as vias econômicas aventureiras. “Trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar as condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado, para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais”, disse o presidente. O novo ministro da Fazenda reconheceu que está mantendo de pé a receita de sucesso do seu antecessor. “Não iremos reinventar princípios básicos de política econômica”, afirmou Palocci. (8) Foi um bom começo (08/01/2003).

Uma consideração geral sobre este primeiro editorial diz respeito ao fato de que tanto o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, ou Lula (o candidato eleito para comandar o país), quanto o de Fernando Henrique Cardoso, ou FHC (o ex-presidente que ocupou o cargo por dois mandatos seguidos), aparecem, citados, exatamente, cada um, cinco vezes. Talvez mera coincidência. Talvez, por precaução da revista, no sentido de não permitir que os seus eleitores se esquecessem do ex-presidente, figura tão cara à **Veja**. E, com isso, também, não permitir que os leitores esquecessem que aquele que ocupava a presidência no momento era um presidente, cujo discurso **moderado** ecoava declarações muito próximas às políticas do ex-presidente e sua equipe de governo: por isso, boas, como se procurará demonstrar na seqüência. Apenas se salienta, tratando-se do primeiro editorial do ano em que Luiz Inácio Lula da Silva dava seus primeiros passos como chefe da nação, o fato de o tom da revista não emitir qualquer colocação positiva a respeito do novo governo, salvo quando suas propostas demonstravam ir ao encontro do que fez e o previa seu predecessor. Registra-se a insistência por parte da **Veja** em fazer declarações a respeito do antigo governo, quando se sabia que quem se encontrava no poder, era, justamente, quem se opunha bravamente em outros tempos não muito distantes ao antigo governo. No geral, o editorial oscila entre críticas explícitas e apoio ao governo.

Em (1), tem-se o pronome possessivo **seu** referindo-se ao ministro da Fazenda Antonio Palocci. Se o pronome for suprimido e, no lugar, apenas se usasse a preposição de+o (e isso não traria nenhum prejuízo à compreensão do texto), a conotação seria outra, pois, com esta opção, entende-se que o ministro referido é do Lula: não é do país, não é dos brasileiros. Isso revela um distanciamento da revista quanto ao seu comprometimento com a equipe atual de governo. Ainda em 1), a revista fala sobre os discursos do presidente e do ministro conseguirem **surpreender** (isto é, causar espanto, ou quem sabe, amedrontar?), dizendo que o país estava acostumado ao PT **moderado**. O sentido de moderado, que revela comedimento, pode indicar a vontade daquele que usa de moderação de não se mostrar do todo, de se camuflar para não agredir, com o fim de se afastar de possíveis enfrentamentos. Então, o **PT moderado** espantou o país, mas não pelo **conteúdo**, e sim pela **ênfase**. Quando se enfatiza algo, usa-se de vigor, de vivacidade, de emotividade, revelando, com isso, aquilo que pode ser verdadeiramente anímico. É como um ato falho que deixa escapular um tom demasiadamente afetado sobre aquilo que até então procurou não mostrar. Com isso, a **Veja** poderia estar dando indícios sobre uma possível faceta de Lula, de que o radical do passado ainda existisse. E, aos leitores que o elegeram, o aviso de atenção: se, no conteúdo não havia grandes novidades, na ênfase, talvez se revelassem as intenções reais do presidente: a questão é mais da ordem da enunciação do que do enunciado.

Em todo caso, em (2), a revista parece, agora ela, moderar e dar ares de positividade ao novo presidente e o seu ministro: não é o novo presidente que ela apóia, mas a sua forma de jogar. Quanto ao que vem na seqüência de (2), observa-se que, ao dizer **que ambos fizeram concessões retóricas às forças mais à esquerda de seu partido**, a revista acena para a seguinte leitura: dir-se-á que as concessões de Lula foram mero discurso de apaziguamento, pois era **natural** que ele assim o fizesse, afinal, ele devia, no mínimo aos seus partidários, demonstrações de que estava ao lado dos “companheiros”, mesmo que alardeando frases de efeito **retóricas**, ou seja, usando da arte de persuadir, que, bem se sabe, não significa, exatamente, exprimir-se com objetividade. A revista indica uma possibilidade de o Presidente não estar ao lado dos seus colegas de partido e isso, para a **Veja**, é positivo (como ela afirmará mais adiante). A revista deixa marcada uma imagem a respeito do Partido dos Trabalhadores como defensor de políticas retrógradas, ao afirmar que os petistas teriam entrado num estado de **choque de realismo com a perspectiva de exercer o poder num país moderno e democrático**. Percebe-se uma agressão dissimulada nesta passagem: se o país é um país moderno e democrático e os petistas estão em choque diante desta realidade, o que fica pressuposto é a

caracterização inversa do PT, em que fica implícito que ele estaria preparado para assumir o poder, apenas, num país atrasado ou de políticas retrógradas e antidemocráticas. A **Veja**, com isso, acena para a velha imagem que, durante muito tempo, acompanhou os militantes de esquerda como seres perigosos, que, com seus martelos e foices, queriam levar o país ao caos do comunismo. Isso foi há muito tempo, mas a memória e a história não deixam que as suas marcas se apaguem com o tempo. São presenças ausentes que significam. Se os chefes, a **cúpula** e os militantes estavam em **choque**, quem, na verdade, encontrava-se desamparado era o presidente Lula.

Em (3), o que se afirmou em dois, se confirma: o presidente vai bem, segundo a **Veja**, quando ele **reafirma as promessas de campanha de manter as conquistas. O essencial** era essa reafirmação (reiterada pelo conectivo, **no entanto**), como se o governo não tivesse nada mais significativo para anunciar. O que se lê aí é muito claro. As conquistas já aconteceram. Caberá ao Presidente Lula, mantê-las. E manter pressupõe a não mudança. O presidente silencia seus partidários (com uma retórica de apaziguamento) e reafirma promessas de manter algo que já estava posto; como se a revista dissesse: desde que não mexa em nada, não estrague o que de bom o ex-governo já fez, tudo estará certo. Ou, por outro lado, poderia estar acontecendo uma ameaça: tente manter as coisas como estão, pois esse mandato acaba em quatro anos. A revista não mostra que o novo governo apresenta políticas novas e tão boas para o desenvolvimento social quanto o anterior e isso se confirma em (4).

Na seqüência (4), a revista ratifica que, nos discursos de Lula e de Palocci, **ecoaram declarações muito parecidas feitas nos últimos anos por Fernando Henrique Cardoso e pelo ex- ministro Malan**. Como se vê, a revista trabalha no sentido de enfatizar e deixar claro aos leitores que Luiz Inácio Lula da Silva e equipe não têm condições do governar como a equipe do governo anterior. A revista parece ignorar, repete-se, que Lula foi eleito com uma votação recorde. Portanto, a batalha que ela trava para demonstrar que a equipe do ex-governo foi quem levou o país à **estabilidade monetária** (2) soa como um aviso em *néon vermelho* de que Lula apenas **recitou** um discurso memorizado e decorado sobre **garantias de riqueza e equilíbrio social**, como já se disse, em conteúdo e forma, parecidos com os de Fernando Henrique Cardoso.

Neste editorial, a posição enunciativa da **Veja**, em consonância com a sua linha ideológica anterior, é repetida. (5) é marcado pela seguinte passagem: **ficou evidente para os brasileiros que o governo de Lula será, felizmente, a extensão do que FHC vinha fazendo**. Insiste-se no seguinte: afinal, a revista esqueceu-se que, apesar dela, provavelmente um número grande de leitores votaram no candidato de oposição, justamente porque não queriam que a forma como as finanças públicas e os trabalhos no campo social eram conduzidos continuasse a mesma, mas, esperava justamente o contrário. **Felizmente**, para quem? Talvez para a cúpula que até então governou o país e a quem a revista poupou, por “ética”, de identificar. Esse silêncio de **Veja** em relação à vontade das massas passa a ser um silêncio ideológico, uma espécie de auto-censura, em que a revista continua a lutar pela manutenção dos interesses que, inclusive, a constituíram historicamente. Esta colocação leva à reflexão proposta por Orlandi (2002, p. 175-176 – sem grifos), que pode explicar a insistência da revista em querer manter a imagem do governo de Fernando Henrique Cardoso viva na memória dos leitores, evitando, com isso, que os eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva viessem a criar laços de identificação, e, pois, de “força identitária” com o governo.

A censura é um processo que não trabalha apenas a divisão entre dizer e não-dizer mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história de sentidos; a censura é então entendida como o **processo pelo qual se procura não deixar o sentido ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social**.

Para fechar o momento (5): ele apenas reforça que o bom senso com que o novo presidente tem dirigido, pelo menos, os discursos em nome do seu partido, em consonância com os feitos por Fernando Henrique Cardoso quando presidente, não são **nenhum demérito**: nisso, só haveria méritos, méritos de reconhecimento de um outro.

Em (6), **Veja** se permite a denúncia e volta à defesa de Fernando Henrique Cardoso, sendo marcadamente irônica (como ela mesmo pré-anuncia), escolha discursiva amenizada pela fundamentação do que havia dito antes, pois o governo de Luiz Inácio Lula da Silva recitava as perspectivas benéficas proclamadas pelo governo anterior, ou seja, de Fernando Henrique Cardoso, e, segundo a **Veja**, isso, felizmente, era um bom sinal. Sem nenhum constrangimento, o semanário apresenta o seguinte discurso, colando à imagem do PT a qualidade de “inseqüente”, pois, se, então, o que ele fazia em seus discursos era, justamente, aclamar a boa política da ex-equipe de governo, como poderia ter agido de forma tão insensata em tempo de oposição? Esta leitura pode ser apreendida pela seguinte passagem: **é inevitável**

lembrar que a política econômica de Fernando Henrique Cardoso foi combatida durante os dois governos. E a sentença final livra Fernando Henrique do rótulo de neoliberal e de ser partidário dos interesses do grande capital financeiro. A **Veja** usou, neste momento, o próprio discurso com que a política do ex-governo foi duramente criticada, afirmando, então, serem falsos tanto os rótulos de **neoliberal** quanto o de **subserviência**. Como já se disse, se o governo petista vinha dando mostras de aceitar as implantações políticas de Fernando Henrique como boas para o país, então, as críticas anteriores eram infundadas. A estratégia do magazine era mostrar como o tiro do Partido dos Trabalhadores teria saído, ironicamente, pela culatra. O momento era propício para a recuperação dos arranhões que o ex-governo tinha sofrido, pois, como já se lembrou em outro momento da análise, o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva não seria eterno, aliás: quatro anos passam rápido, principalmente num país como o Brasil, em que os acordos políticos, às vezes, muito pouco permitem ao novo governo realizar.

Em (7), então, a revista cita, em discurso direto, tanto o Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, quanto o seu ministro, Antonio Palocci, como prova de que as afirmações tecidas no decorrer do editorial provinham da boca das próprias autoridades, eximindo-se de acusações por leviandade nas colocações que apresentava aos leitores, sendo, crucial, a fala transcrita de Palocci, sobre ele estar seguindo **a receita de sucesso de seu antecessor**. Vale se prolongar um pouco sobre a colocação que, segundo a revista, teria sido feita por Palocci: **Não iremos reinventar princípios básicos de política econômica**, isto é: o ministro da Fazenda do governo Lula admite que os princípios básicos já existem e que eles serão seguidos e não fará de conta que novos rumos foram criados para angariar falsos méritos, ou então: os princípios básicos foram postos por quem por oito anos conduziu o país; à nova equipe, cabe segui-los.

E, por fim, em (8), a revista, categoricamente, afirma: **Foi um bom começo**: na sua lógica, e isto se deve ao fato de que os discursos dos novos dirigentes estariam propondo seguir os caminhos do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A partir dessa análise, faz-se uma distinção, talvez simplificada, mas, por outro lado, em proximidade com uma das graves problemáticas sociais, entre sujeitos dominantes, que detêm o poder de imposição de idéias pela autoridade de uma instituição, por exemplo, e sujeitos dominados, que, à margem das escolhas, vêm-se numa posição de falsas opções, pois as que lhes são apresentadas já estão previamente escolhidas, e impostas como possibilidades. Segundo Pêcheux (**apud** Maldidier, 2003), a relação entre uma e outra, ou seja, a relação entre a ideologia dominante e a ideologia dominada não é de exterioridade, ou seja, de uma contra a outra. O que ocorreria é que, pelo discurso, as práticas da ideologia dominante se acentuam no processo de dominação interna das ideologias dominadas, o que seria “uma maneira abstrata de dizer que é preciso ler no próprio interior do discurso da ideologia dominada, na própria maneira como ela organiza a dominação da ideologia dominante” (PÊCHEUX, **apud** MALDIDIER, 2003, p. 65) aquilo que está sendo imposto à sociedade. No caso deste editorial, pode-se entender que a voz de autoridade da **Veja** que visa assegurar uma imagem positiva da ideologia propagada durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso é impositiva. Mas isso só é verificável, quando esse discurso passa a fazer parte das filiações de memória da maioria da população, mesmo daqueles que votaram em Luiz Inácio Lula da Silva e viam nesse candidato uma perspectiva de mudança. Isso só é perceptível, quando mesmo eles passam a repetir as idéias propostas pela ideologia dominante e passam a repeti-las como sendo as melhores políticas. Uma prova disso seria um eleitor de Luiz Inácio Lula da Silva, e leitor da **Veja**, passar a dizer: “Que bom que Lula está no caminho certo, dando continuidade ao que FHC fez de bom”. Isto beiraria o *nonsense* ou então se confirmaria o que já se disse na introdução teórica deste capítulo: a ideologia é uma prática; ela age sobre o indivíduo, transformando suas escolhas sem que, muitas vezes, seja capaz de perceber o processo.

Pode se perceber, por meio da análise deste editorial que, contra o *oportunismo* dos meios de comunicação apregoado pelo senso-comum, a **Veja** ratifica a sua posição enunciativa em favor do PSDB, ou em favor de um governo de direita, se for entendido que essa é uma boa classificação.

O próximo editorial a ser analisado é referente ao mês de julho de 2003: o que se lê neste editorial, além das críticas contumazes que a **Veja** dirige ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ratificando a sua posição enunciativa, outros aspectos do seu discurso evidenciam a linha ideológica defendida pelo semanário. Eis o texto:

3. (1) Brasília não pode ser responsabilizada diretamente pela série de distúrbios registrados na semana passada, mas cabe ao governo Federal, e principalmente ao presidente da República, a tarefa de traçar uma linha justa que separe os protestos de natureza democrática da afronta e da ilegalidade. (2) Na semana passada, o Brasil viu espocar vários focos de tensão. Baderneiros organizados sob bandeiras vermelhas invadiram fazendas, centros de pesquisa e terrenos urbanos. Em uma inversão de valores, juízes e promotores

decidiram afrontar as leis que eles têm o dever de aplicar e marcaram uma greve de protesto contra a reforma da Previdência. Também descontentes com os contornos da reforma, líderes sindicais do funcionalismo público invadiram o Congresso Nacional. Para contê-los, foi preciso chamar a tropa de choque, que pela primeira vez na história republicana entrou na sede do Parlamento brasileiro. (3) O governo precisa não apenas fazer declarações como também dar exemplos melhores. (4) Há algumas semanas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vestiu o boné do MST e, dias depois, seu ministro do Desenvolvimento Agrário foi beber chimarrão com sem-terra num acampamento de nome Che Guevara. (5) Na semana passada, numa atitude muito adequada, ainda que um pouco atrasada, Lula declarou que não vai tolerar o desrespeito à lei. (6) De modo geral, porém, o governo tem deixado a impressão de estar sem a clareza e sem a convicção necessárias para enfrentar a violência e os crimes cometidos pelos militantes. (7) Ministros continuam se referindo aos grupos organizados de invasões de terrenos como “movimentos sociais” e fazem apelos genéricos contra a violência, quando se trata de conter autores contumazes de transgressões. (8) Passado o momento inicial de afirmação, que consumiu o primeiro semestre deste ano, o governo precisa adotar em todas as áreas a mesma agenda inequívoca e sintonizada com o mundo que distingue sua equipe econômica. É preciso deixar claro que não vai mexer nas regras do jogo, que respeitará e fará respeitar os contratos e o direito à propriedade, aprofundando as bases da estabilidade institucional plantadas no governo passado. (9) Só assim o país se manterá no rumo da paz social e da prosperidade econômica (30/07/2003).

Veja inicia este editorial com tom de autoridade com que comumente se posiciona diante dos fatos. Em (1), metonimicamente, **Veja** usa Brasília para dirigir-se a todos os políticos do Palácio do Planalto, dentre eles, o Presidente Lula e sua equipe de governo. A aspereza do tom é percebida pelos termos escolhidos para descrever os problemas, que, na visão da revista, foram registrados no decorrer da semana. Tais acontecimentos, classificados como **distúrbios**, carregam o seguinte sentido, explicado por Holanda (2001) como sendo uma perturbação de ordem orgânica ou social. No caso, pressupõe-se tratar de uma perturbação social, até por causa da forma como a **Veja** se dirigiu à Brasília, personificando-a e dando-lhe traços humanos. Destaca-se, também, que não se tratam de poucas perturbações, mas de **uma série** delas, ou seja, muitos conflitos acontecendo no espaço de uma semana e nenhuma ação do governo. Na seqüência, ao passo que ela diz que **Brasília não pode ser responsabilizada**, deixa subentendido que os políticos, de forma geral, não deveriam ser culpados, porém o que se desencadeia após o conetivo **mas** aponta em outra direção. Ela não só cobra responsabilidades do governo federal, como nomeia, particularmente, o sujeito-alvo, ou seja, o Presidente da República, a quem ela se dirige especificamente no uso do termo, **principalmente**. Então, é dele que a revista cobra as atitudes que julga urgentes serem tomadas, isto é: **traçar linhas justas que separem os protestos de natureza democrática da afronta e da ilegalidade**. Até este momento, a revista não explicita de que exatamente se trata; apenas deixa entrever que existem duas formas de protestos distintas: uma legal e democrática e, a outra, antidemocrática e ilegal. E são as da segunda ordem o foco da atenção do semanário, sobretudo, porque, ao dizer que há necessidade de se traçar linhas justas entre um e outro tipo de protesto, subentende-se que o governo desconheça as diferenças. Quando, na seqüência do texto, ela usa o termo **principalmente** arrolado ao Presidente, outros indicativos se abrem: talvez ele, como autoridade máxima, é que cabia resolver a questão; mas também poderia estar dizendo que, devido à natureza dos protestos, o presidente seria figura intimamente ligada a eles, portanto, uma espécie de co-autor dos fatos. A palavra **principalmente** ligada a Lula pode significar a necessidade do não esquecimento sobre os antecedentes do presidente.

Em (2), **Veja** explicita os momentos de tensão: primeiro, cita os acontecimentos envolvendo o Movimento dos Sem Terra, a quem a **Veja** se dirige, apelativamente, como sendo **baderneiros organizados sob bandeiras vermelhas**, referência preconceituosa e discriminadora por parte do semanário, acentuada pelo uso do termo **invasão**. Não é preciso ser historiador para resgatar o quanto as lutas pela reforma agrária no país têm incomodado os governos, que, com o apoio da imprensa, vem caracterizando negativamente qualquer ordem de ação tomada pelos seus militantes. Não se pretende julgar a licitude das ações dos integrantes do MST, apenas ressaltar que a sua desqualificação faz parte da ideologia das elites e, diga-se, dos governos de direita. O que se percebe pelo discurso da **Veja** é o apoio irrestrito do semanário a essa representação do movimento, portanto, mais um indicativo sobre um posicionamento seu que se choca com o que o movimento representa para os militantes de esquerda e também para o partido do Presidente eleito. Talvez este momento fosse crucial para demonstrar uma troca de posicionamento da **Veja**, em que o semanário amenizasse as críticas dirigidas ao governo, mas, como se viu, isso não acontece. Inclusive, a **Veja** reitera que o movimento invadiu **fazendas, centros de pesquisa e terrenos urbanos**, isto é: terras férteis, propriedades públicas e privadas, caracterizando, com isto, ações fora-da-lei. Ainda em (2), a revista

chama a atenção para outros dois “distúrbios”: a) a **greve** dos juízes e promotores b) e a **invasão** de líderes sindicais do funcionalismo público ao Parlamento. Não se estenderá a análise sobre estes dois fatos, que se tornam periféricos; apenas se ressalta que a revista **Veja**, marcada pelo seu histórico constitutivo, demonstra, em tom de repúdio cada uma das três ações, como as entende, ou seja, como movimentos marcados pela **ilegalidade**. Ela faz dessa visão seu viés de análise sobre os fatos; e, coincidentemente com ele, ela os concebe da mesma forma com que os dirigentes dos partidos da direita sempre os enxergaram, sem nenhuma legitimidade, meros afrontamentos à ordem estabelecida. Naquilo que a **Veja** entende como a sua escala de valores, ela ainda busca fundamentar suas colocações com o argumento da necessidade de se chamar a tropa de choques para deter os **descontentes** na sede do parlamento.

Mas é em (3) que a **Veja** categórica deixa explícita a sua visão de que o governo tem tido pouca ação na tomada de posição para solucionar o que a revista expôs como problema, dizendo que esse devesse parar de **fazer declarações** e **dar melhores exemplos**. Ou seja, o governo Lula seria um governo que fala demais e age de menos, ou pior: descuidado, é autor de maus exemplos, como os que ela anuncia na seqüência do editorial.

Marcam-se, em (4), duas atitudes do governo rechaçadas pela revista, o que apesar da ausência de uma pontuação que deixasse declarada sua indignação, ainda é possível ouvi-la em tom de reprimenda: o fato de o presidente ter **vestido o boné do MST** e o seu ministro do Desenvolvimento Agrário **beber chimarrão com os sem-terra num acampamento de nome Che Guevara**. Com certeza, o problema não era com o vestir um boné ou o fato de beber chimarrão; o problema, obviamente, dizia respeito ao fato de o Presidente e um dos seus ministros demonstrarem uma relação amigável com aqueles a quem ela tão veementemente combatia: relações de oposição marcada pelas lutas ideológicas entre uma e outra instância social. A esses gestos, a **Veja** chamou de **mau exemplo**, o que leva a leitura de qual seria o bom exemplo: combater os militantes do MST com armas de fogo, ou então, fechar-se ao diálogo, quando, justamente, ocupa-se a posição de um mediador entre o MST e o governo. Questões como essas são reveladoras, não apenas de posturas mais ou menos humanas, mais ou menos educadas: mas de um movimento da ideologia que se recusa a manter diálogos com aqueles que não estão estabelecidos e nem pertencem e ocupam o espaço social privilegiado.

Em (5), a revista usa o discurso indireto para anunciar que o presidente irá tomar as medidas necessárias, mesmo que **um pouco atrasado**: reitera que o mesmo **não vai tolerar o desrespeito à lei**, ao que **Veja** elogia, pois se trata, segundo ela de uma atitude **muito adequada**. Ressalta-se o fato, já referido outras vezes, de que a **Veja** se impõe imperativamente, fazendo julgamentos, muitas vezes irônicos, como a frase negritada no início desse parágrafo.

Dona de um discurso implacável, em (6), ela age de forma acusativa e, em linhas gerais, passa ao leitor a imagem de que o governo Lula estaria sendo complacente em relação a criminosos violentos. Ao atacar, dessa forma, os militantes do MST, a **Veja** ataca o próprio PT, o próprio Lula, numa clara demonstração de desapego ao atual governo e, mais, desrespeito. Dizer de um governo que ele não tem **clareza, convicção** e generalizar como **crimes** os atos dos militantes, apenas ratifica que a **Veja** não tem receio algum de tomar posições, mesmo quando estas se relacionam, negativamente, ao mais alto escalão político do país. Ela até tenta amenizar, dizendo que se trata de uma **impressão**, mas os termos marcam seus propósitos e sobre a materialidade da língua não há muito que negar.

Em (7), ela evidencia todo seu preconceito e volta a descaracterizar ferozmente o movimento dos sem-terra, dizendo: ministros continuam denominando os invasores de terra de **movimento social**. Por saber que a **Veja** nada tem de ingênua, uma explicação para a colocação é a de que ironicamente ela tenta negar que a existência do Movimento dos Sem-Terra seja legítimo, associando-o, apenas, a **invasores de terra**. E, ao fazê-lo no tom que o editorial mostra, a sua antipatia em função da sua linha ideológica pode ser “naturalmente” agravada, pois se tratava de um movimento que despertava a memória do leitor, ligando o movimento ao partido do PT, e portanto, ao presidente. Nenhuma afirmação mais explícita para que isso ocorresse era necessária, inclusive, porque sua colocação final é clara, quando afirma que o governo faz **apelos genéricos contra a violência** no lugar de **conter autores contumazes de transgressões**. Isto é, dá-se a entender que o governo negava-se a tratar objetivamente o problema, tratando a violência de forma generalizada, quando os **invasores de terrenos** estavam bem à sua frente.

Em (8), a **Veja** retoma seu discurso característico de dizer ao governo o que ele deve fazer. Passado o momento de **afirmação** de ter chegado ao governo (de ser governo e estar à frente do país, inclusive, dos seus problemas), a revista é taxativa e declarativa quanto a uma questão primordial: que ele deve seguir, à risca, enfim, os caminhos já traçados pelo governo de FHC. Passado um semestre do governo Lula, o discurso da **Veja** se mantém impositivo e partidário: **É preciso deixar claro que não vai mexer nas regras do jogo, que respeitará e fará respeitar os contratos e o direito à propriedade, aprofundando as bases**

da estabilidade institucional plantadas no governo passado. Ou seja, para a **Veja**, a questão é marcadamente simplista, arrogante e prepotente. Simplista, do ponto de vista de colocar como intocáveis e, por isso, como perfeitos e acabados os projetos do ex-governo; arrogante pelo tom imperativo, somado a uma convicção sem precedentes que a justificasse; e por fim, prepotente, no desrespeito com que, normalmente, os meios de comunicação rompem com as barreiras hierárquicas no sentido de igualar-se ao chefe da nação, dizer como ele deve ou não agir, como se estivesse falando com o *office boy* da empresa, fazendo-lhe exigências e cobrando promessas.

E, por fim, o clichê marcado em (9), dizendo que, se os passos forem dados conforme o receituário da **Veja**, o país será feliz para sempre: **Só assim o país se manterá no rumo da paz social e da prosperidade econômica.** Mais do que votos de trilhar um caminho positivo, ela dá um aviso, prenunciado a trajetória de insucesso com que ela brindava e profetizava a entrada de Lula no governo.

Como se vê, a **Veja** mantém um ponto de vista consistente e que diz e rediz aquilo que já está previsto pela sua formação discursiva: o governo vai bem, quando suas atitudes se pautam naquilo que o governo anterior traçou como metas; vai mal, quando tem iniciativas que estabelecem rupturas com ele. Trata-se, como se vê, de uma injunção por parte da **Veja** de que Lula e o PT devam se conduzir como se não tivessem a linha ideológica que tinham e devessem se tornar uma linha de conduta de direita para terem aceitação. Lula e o PT só fariam um bom governo na medida em que fizessem o que FHC pregava: e aí eles não seriam reconhecidos por si, mas pelos méritos e planos traçados por outro.

Enfim, fica evidente que também neste editorial ocorre a ratificação de uma postura discursiva e ideológica por parte da revista **Veja** e que ela, sem ser oportunista, mantém o seu discurso e o faz ser repetido, usando-o como filtro para as suas análises e com o como ela se posiciona frente a determinados fatos, tendo suas preferências por princípios axiológicos e por pessoas que, para ela, melhor incorporariam tais postulados. Poder-se-ia dizer que, antes de ser uma instituição oportunista, a **Veja** se caracteriza por um discurso próprio, histórico e se mantém fiel ao mesmo, não se alinhando ao poder, qualquer um que seja ele, mas que ela o faz em acordo com a sua matriz ideológica, que, de certa forma, espera-se ter demonstrado.

4. Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de estado.* (Trad. Valter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro). 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem.* (Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira). 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Estética da criação verbal.* São Paulo Hucitec, 1992.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* (Trad. Maria Manuela Galhardo) Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. (Org. Trad. Fabiana Komesu). *Dicionário e Análise de Discurso.* São Paulo: Contexto, 2004.

EAGLETON, Terry. *Ideologia. Uma introdução.* (Trad. Silvana Vieira e Luís Carlos Borges). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Coord.). *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: a aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001); bolsista de iniciação científica Ana Boff de Godoy ... [et. al.].* Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.* (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Mini Aurélio: século XXI: o minidicionário da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso – (re)ler Michel Pêcheux hoje.* (Trad. Eni Orlandi). Campinas, SP: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. de Cecília P. de Souza, Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. (Trad. Luis Cláudio de Castro e Costa). São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcineli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001b.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Trad. Eni Pulcinelli Orlandi et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. **In:** GADET, Françoise & HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. (Trad. Bethânia S. Mariani et al.). 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.